

Tradições de luta sindical e emergência do movimento de desempregados na Argentina

Davisson C. C. de Souza*

Resumo:

O artigo explora a relação entre o sindicalismo e a emergência dos movimentos de desempregados na Argentina na segunda metade da década de 1990. Com um referencial teórico marxista, explora o potencial explicativo do conceito de superpopulação relativa e analisa os protestos de desempregados como parte constitutiva do movimento operário. Apresenta uma análise de conjuntura do sindicalismo e interpreta criticamente a visão de que este estaria dando lugar a "novos movimentos sociais". A hipótese central do trabalho é de que ditas organizações são herdeiras da tradição de lutas operárias no país. Para desenvolver esta idéia utiliza a teoria da ideologia e protesto social do historiador britânico George Rudé por meio de seus conceitos de ideologias inerentes e derivadas.

Palavras-chave: Sindicalismo. Movimento de desempregados. Argentina. Ação sindical.

Introdução

O objetivo deste artigo é tecer algumas considerações a respeito das relações entre o sindicalismo e a emergência dos movimentos de desempregados na Argentina no final da década de 1990. Dividiremos a exposição em três partes. Primeiramente, apresentaremos o campo teórico em que o trabalho se insere para interpretar os vínculos entre os sindicatos e os desempregados. Em seguida, faremos um breve resumo das principais características do movimento sindical argentino a partir da década de 1990, a fim de contextualizar alguns elementos do terreno político e sindical em que se situa o objeto da pesquisa. Na terceira e última parte, faremos uma análise preliminar das relações entre o sindicalismo e as organizações de desempregados surgidas no país, explorando, entre outras questões, a presença da ideologia política sindical e da tradição de luta da classe operária argentina em sua constituição.

* Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do *Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina* (Pimsa). Agradeço a María Celia Cotarelo, Fabián Fernández e Nicolás Iñigo Carrera pelas contribuições feitas para a realização deste trabalho. End. eletrônico: davissonhistoria@yahoo.com.br

Movimento operário e as relações entre sindicatos e desempregados

Explorar as relações entre os sindicatos e os desempregados exige uma reflexão sobre o significado da existência desses dois sujeitos no capitalismo. O movimento operário não se restringe ao sindicalismo, mas este é a “expressão política orgânica” dos trabalhadores no regime social capitalista. Os desempregados, por sua vez, constituem apenas a “parte mais visível” da população sobrando para as necessidades do capital (Carrera, 2007). No capítulo XXIII d’*O Capital* Marx desenvolve o conceito de *exército industrial de reserva* (a *superpopulação relativa* específica do modo-de-produção capitalista). Segundo o autor, este se expressa de diferentes formas, entre as quais se encontram as categorias *latente*, *estagnada* e *flutuante*, além de uma camada condenada ao *pauperismo*, o “asilo dos inválidos” da classe trabalhadora (Marx, 1982).

Na leitura aqui proposta, os protestos de desempregados fazem parte do movimento operário, levando em conta que este pode ser definido como a rebelião dos trabalhadores contra os efeitos ou a superação do modo de produção capitalista, tal como foi explorado de maneira precursora por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 1974). Sendo assim, este tipo de mobilização revela um traço de continuidade com as lutas dos trabalhadores ocupados, já que ambos surgem da oposição capital-trabalho (Cross, Lengueta, Wilkis, 2002). O proletariado (e o semiproletariado) é composto por aqueles que, por não possuírem as condições materiais necessárias para a reprodução de sua existência, “vivem principalmente ou medianamente da venda de sua força de trabalho” (Carrera y Podestá, 1989¹). Do ponto de vista do processo de acumulação capitalista, o proletariado é ativo quando realiza diretamente o processo de valorização ou socialização da mais valia. Forma parte da reserva quando se constitui como estoque de força de trabalho que atua como “produto e alavanca” dessa dinâmica. Na rebelião, o proletariado ativo se mobiliza por melhores condições de trabalho e salário através de diversas formas e instrumentos de luta. Quando além de “despossuído” se encontra “desalojado” (Carrera y Podestá, 1989) da posição vendedor da força de trabalho, protesta por sua reincorporação ou por auxílios do governo que amenizem seu processo de pauperização.

Mobilizações de desempregados acompanharam as lutas operárias em diversos períodos, especialmente nas grandes crises do capital. A depender das relações de forças, podem (ou não) ser construídos a partir de uma aliança com os sindicatos. De fato, a organização dos desempregados está presente na própria origem do sindicalismo, como demonstram os fundos de solidariedade das primeiras *tradeunions* e o movimento *ludita* na Inglaterra do começo do século XIX. Em diversos momentos, este tipo de luta assumiu uma considerável repercussão política, tal como se verificou nas marchas contra a fome e o desemprego na França nos anos 1880 e em diversos países da Europa e EUA durante os anos 1930.

¹ Todas as traduções de textos originalmente escritos em espanhol são do autor.

Nas duas últimas décadas, apareceram protestos de desempregados em diversos países da Europa, a exemplo de Alemanha, Bélgica, França, Itália e Irlanda (Demazière e Pignoni, 2003). Em todas essas experiências de lutas, a presença de partidos ou sindicatos é marcante. Na Argentina, encontramos protestos de desempregados nas décadas de 1890 e 1930 (Carrera e Fernández, 2007). Porém, o peso político que as organizações desse segmento adquiriram no conjunto das lutas sociais entre o fim da década de 1990 e início de 2000 não teve antecedentes. Também no caso argentino a afiliação partidária ou sindical está presente na constituição e expansão da maioria delas. Nesse país podemos encontrar desde a postura de isolamento da *Confederación General del Trabajo* (CGT) em relação aos movimentos de desempregados à política de alianças como parte da estratégia de representação de base levada a cabo pela *Central de Trabajadores de la Argentina* (CTA). Interessa-nos, para além da participação direta das entidades sindicais no processo de constituição dos movimentos, explorar as nuances da relação entre o sindicalismo e os desempregados. Antes de passar a esta análise, vale fazer alguns esclarecimentos sobre as principais características do sindicalismo argentino a partir da década de 1990 e o contexto do surgimento dessas organizações.

O sindicalismo argentino na década de 1990

As transformações ocorridas no capitalismo argentino nas últimas décadas alteraram a composição de sua classe trabalhadora, o que pode ser evidenciado pelo expressivo crescimento de sua *superpopulação relativa*. O efeito provocado por essas mudanças foi traumático, pois se trata de um país que havia passado ao longo do século XX por um intenso processo de assalariamento, tendo convivido até a década de 1990 com baixos índices de *desemprego aberto* (Carrera, 2006). Este processo inicia-se durante a ditadura militar (1976-1983), que desenvolve uma política de acordo com a hegemonia do capital financeiro, sustenta-se nos anos posteriores sob o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989) e chega a seu auge durante as duas presidências de Carlos Menem (1989-1995; 1995-1999).

Na década de 1990, a relação dos sindicatos com o governo menemista, especialmente no seu primeiro mandato, marcou um ponto de inflexão na história do sindicalismo argentino, expresso especialmente pelo processo de dissidência e rupturas internas que sofreu a CGT. De acordo com diversos analistas, a política hegemônica do setor majoritário dessa central diante das chamadas “reformas de mercado” foi de “adaptação”, o que atesta a hipótese de que nesse momento tinha mais peso sua aliança histórica com o peronismo e o *Partido Justicialista* (PJ) do que a oposição a políticas essencialmente contrárias aos interesses dos trabalhadores (Bosser e Senén González, 1999; Fernández, 1997; Murillo, 1997).

Diferenças internas já se faziam presentes no interior desta central, como atesta a análise de Fernández (2002), segundo o qual é possível estabelecer uma “matriz compreensiva das divisões do movimento operário argentino, desenvolvidas desde

1960-1970” (p. 11), que podem ser resumidas nas tendências participacionista, negociadora (ou *vandorista*), confrontacionista e combativa (ou classista). No entanto, como observa o autor, se anteriormente estes agrupamentos pertenciam a uma mesma filiação sindical, a partir de 1989 verifica-se um processo de divisões internas que culmina em algo inédito na história do país com o surgimento de uma nova central, a CTA.

Fundada em 1992, esta central defende um modelo de sindicalismo “alternativo”, baseado entre outros fatores na “afiliação direta” de seus membros, na “autonomia política” dos governos e dos partidos políticos, e na “democracia plena” da organização. É composta principalmente por dois grandes sindicatos estatais - funcionalismo público e trabalhadores da educação - que protagonizaram importantes mobilizações de oposição às políticas de Menem.

Além da criação da CTA, devemos recordar que a CGT também sofreu significativas divisões internas durante esse período. A mais importante delas se deu em 1994, quando o posicionamento diante da flexibilização trabalhista proposta pelo governo e o aumento do desemprego acentuaram as rivalidades no interior da central. De um lado, estava a ala majoritária da CGT, cuja posição governista ficou evidente no apoio à reeleição de Menem no ano seguinte. Do outro, estava o *Movimiento de los Trabajadores Argentinos* (MTA), que apesar de não ter se separado organicamente da CGT, construiu uma oposição, criticando os principais efeitos das medidas governamentais encabeçadas pelo ministro da economia Domingo Cavallo que, segundo a corrente, estaria levando o país à recessão e ao desemprego. Essa divisão permaneceria durante quase todo o segundo mandato de Menem, quando em 1998 a central se reunificaria para apoiar o candidato justicialista Eduardo Duhalde para a presidência nas eleições no ano seguinte. No entanto, com a vitória de Fernando de La Rúa, da *Alianza Unión Cívica Radical/Frente País Solidario* (UCR/Frepaso), e sua ofensiva para aprovar a lei de flexibilização laboral proposta desde seu antecessor, a CGT sofre uma nova divisão em março de 2000 que praticamente corresponde à anterior.

Apesar da aliança, justificada pelo comprometimento com o PJ, que resultou no apoio aos grandes projetos de Menem e sua bandeira da “revolução produtiva”, o setor majoritário da CGT teve momentos de confronto com o governo. Este conflito se manifestou especialmente quando após a reeleição do presidente, a central seguia sem participação nos cargos nomeados pelo executivo. Ademais, a pressão interna fez com que a CGT se mobilizasse diante das principais propostas do governo de desregular as *obras sociales* – o sistema de saúde administrado pelos sindicatos - e aprovar a lei de flexibilização trabalhista. Neste contexto, a central declara uma greve geral em 1995 e duas em 1996 que, somadas às que haviam sido convocadas apenas pela CTA e pelo MTA, totalizam nove eventos desse tipo durante o governo de Menem.

Estes acontecimentos minimizam a retórica bastante comum na bibliografia de que a CGT não se mobiliza quando o PJ está no governo (Carrera, 2001).

Além das greves gerais, as ações sindicais ocorridas no período considerado colocam os trabalhadores assalariados como os maiores sujeitos da rebelião e as greves como um dos principais instrumentos de luta utilizados durante o ciclo de lutas que consideramos na análise (Carrera e Cotarelo, 2004). Este ciclo se inicia em 1993, com o motim realizado em Santiago del Estero, e vai até o chamado *Argentinazo*, a insurreição espontânea que, em dezembro de 2001, levou à queda de De La Rúa. Destacamos ainda outros marcos importantes, tais como os *cortes de ruta* ocorridos em Cutral-Co e Plaza Huincul, na província de Neuquén, em 1996, e General Mosconi e Tartagal, em Salta, no ano de 1997. A partir do final da década, crescem os protestos de desempregados por todo o país e, ao se estabelecerem na Grande Buenos Aires, estruturam-se em organizações, algumas delas com milhares de militantes (Carrera e Cotarelo, 2004).

Essa constatação encontra-se na linha oposta às análises que consideram os desempregados como “novos atores” e seus protestos como “novos movimentos sociais” que confirmariam o fim do protagonismo do movimento operário e sindical na Argentina (Pereyra e Svampa, 2003). Tais interpretações, sem apoio em bases de dados que demonstrem o desaparecimento das ações tipicamente sindicais, não levam em conta que foi somente no ano de 2002 que os protestos de desempregados superaram os dos ocupados (Carrera y Cotarelo, 2004).

Com a diminuição das mobilizações de desempregados e aumento dos protestos sindicais, tendência verificada especialmente a partir de 2005, alguns desses mesmos autores afirmam que se estaria “diante do início de um novo ciclo de ação sindical” (Svampa, 2006, p. 6). Como vemos, o sindicalismo segue desempenhando um papel central no conjunto das lutas sociais na Argentina. Verificaremos em seguida se este papel foi importante na constituição das organizações de desempregados, aparentemente tão alheias ao movimento sindical.

Sindicalismo e organizações de desempregados

Neste item, serão analisadas as relações entre o sindicalismo e os movimentos de desempregados na Argentina levando em conta quatro aspectos: (a) a participação dos sindicatos na constituição das organizações; (b) a participação de ex-militantes sindicais na base e no núcleo originário; (c) a participação de correntes sindicais na expansão e nacionalização de alguns movimentos e a militância; (d) a influência da ideologia política sindical na tradição de luta e organização da classe operária argentina. Desenvolvemos a análise a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas durante o ano de 2007 com os líderes de algumas das principais organizações de desempregados atuantes na capital federal e na Grande Buenos Aires, tais como a *Federación de Tierra*,

Vivienda y Habitat (FTV), o *Polo Obrero* (PO), o *Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados* (MIJD), a organização *Barrios de Pie* (BP), a *Corriente Clasista y Combativa* (CCC), o *Movimiento Territorial de Liberación* (MTL), e o *Movimiento de Trabajadores Desocupados* de Solano (MTD-Solano) e de La Matanza (MTD-La Matanza). O argumento central surgido a partir dessas entrevistas é de que, ao contrário do que parte da bibliografia expõe, existiram fortes vínculos entre o sindicalismo e a emergência das organizações de desempregados.

Em linhas gerais, a explicação sobre o surgimento dos protestos de desempregados na Argentina divide os autores em duas interpretações opostas. Para alguns, estes só puderam se constituir porque seus representantes decidiram atuar por fora e em oposição à estrutura sindical tradicional, majoritariamente vinculada ao PJ, podendo ser considerados expressões dos “novos movimentos sociais”. Ademais, não teiram se estruturado a partir das relações antagônicas entre capital e trabalho, mas pela emergência de novos “atores sociais”, o que evidenciaria o declínio do movimento operário e sindical (Pereyra e Svampa, 2003). Outros, ao contrário, afirmam que as organizações de desempregados, especialmente as que se concentraram na Grande Buenos Aires, consolidam-se por iniciativa de organizações ou militantes político-sindicais de esquerda e centro esquerda de diversas origens (nacionalista, peronista, trotskista, comunista), ou de militantes e ex-militantes com experiência política de outras conjunturas (Klachko, 2007, p. 231). Com base nas entrevistas, foi possível refletir sobre a eclosão desses protestos não apenas a partir dos nexos entre o potencial de mobilização dos desempregados e as *experiências de luta* prévias de seus militantes, mas na *tradição organizativa* do movimento operário e sindical argentino.

De fato, as centrais sindicais e os sindicatos não tiveram uma participação direta e decisiva na constituição dos movimentos de desempregados na Argentina. Entre os fatores explicativos dessa questão, os entrevistados destacam a aliança da CGT com o governo Menem e o poder econômico que concentrou ao longo dos anos 1990 como resultado dessa relação. Um dos entrevistados, por exemplo, afirma que nesse momento existe no país “uma direção sindical corrupta e distante das necessidades dos trabalhadores” e que “os sindicalistas são empresários”, o que impossibilita sua defesa dos trabalhadores, pois eles seriam “parte desse poder econômico” (E1)². Muitos, inclusive, fazem referência aos benefícios pessoais adquiridos por parte de alguns dirigentes durante as privatizações de empresas estatais como fator explicativo da “cumplicidade” dos sindicatos diante do desemprego. A respeito desse tema, outro entrevistado assinala: “O sindicato é acionista e empresário do setor em muitíssimos casos, como produto da política de privatizações, uma política que ia expulsando os trabalhadores, e eles iam segurando um pedaço do bolo do que significou esse negócio” (E2).

² A fim de preservar o anonimato dos entrevistados, faremos citações a partir da enumeração E1, E2..., segundo a ordem de aparição dos mesmos no texto.

Em seguida, investigamos sobre as *experiências de luta* prévias dos militantes desempregados da base. Os entrevistados apontaram as seguintes tendências: (i) as experiências políticas prévias são muito variáveis; (ii) é pequeno o peso relativo das experiências prévias de militância político-partidária ou sindical; (iii) a maioria dos integrantes é composta por “novos contingentes”, sem experiência prévia de militância; (iv) o grupo social mais representativo é o da mulher dona-de-casa e, de maneira crescente, o de jovens.

Também questionamos a respeito da trajetória política do núcleo originário para diferenciá-lo do processo de engajamento individual na constituição do movimento. Deparamo-nos com as seguintes situações: (i) o caso particular da FTV, que já existia previamente à CTA e não contou com militantes de origem sindical em seu núcleo fundador, apesar de ter sido a partir do vínculo com a central que este movimento adquiriu caráter massivo e nacional; (ii) o caso específico da CCC, que antes de organizar os desempregados já se constituía como corrente político-partidária e sindical e contou com militantes advindos do sindicalismo em seu núcleo fundador; (iii) os casos do *MTL*, do *Polo Obrero* e do *Barrios de Pie*, que apesar de terem origem político-partidária, reconhecem a luta sindical como constitutiva do movimento³; (iv) o caso do *MIJD*, que não reconhece a origem sindical em seu núcleo fundador, apesar de o próprio entrevistado ter sido delegado sindical; (v) o *MTD-La Matanza* e o *MTD-Solano* que, apesar de se tratarem de movimentos organizados a partir de um trabalho de base sem participação de militantes sindicais, reconhecem a importância das experiências prévias no interior do sindicalismo no núcleo fundador das organizações de desempregados de maneira geral.

A que fatores os entrevistados então atribuem a emergência dos desempregados no país? De maneira geral apareceram os seguintes argumentos: (i) a construção desses movimentos se constituiu por fora e em oposição aos “sindicatos” como resposta à falta de resposta dos mesmos ao problema do desemprego; (ii) a atuação por parte de algumas correntes sindicais foi fundamental para que alguns movimentos adquirissem caráter massivo e nacional; (iii) de maneira geral, foram importantes entre o núcleo originário as experiências prévias de luta político-partidária, sindical ou territorial e, por último; (iv) a tradição de luta e organização da classe operária argentina foi fundamental para a mobilização dos desempregados.

Valem alguns esclarecimentos sobre as respostas obtidas. Em primeiro lugar, os relatos que apontam a ausência dos sindicatos na constituição dos movimentos não excluem os três argumentos seguintes, que na maioria dos casos aparecem articulados. Também é necessário ressaltar que quando os entrevistados apontam este argumento,

³ O *MTL*, que advém do *Partido Comunista* argentino, reconhece a existência de militantes com experiência sindical na composição do núcleo fundador; o *PO*, que surgiu do *Partido Obrero*, de origem *trotskysta*, afirma ter sido a partir dos militantes provenientes do sindicalismo que a organização passou a atuar nos bairros; o *BP*, que tem sua origem vinculada ao *Patria Libre*, de origem nacionalista de esquerda, afirma ter havido uma estreita ligação com a CTA na origem e expansão do movimento.

na realidade se referem aos grandes sindicatos, especialmente àqueles ligados à CGT, e não à participação das entidades sindicais de maneira geral. Por isso muitos reconhecem que algumas correntes sindicais – como a CCC e a CTA, foram importantes para o surgimento e expansão de seus respectivos movimentos – a CCC e a FTV, as maiores do país em número de participantes. Ademais, praticamente todos os relatos apontam que as experiências prévias de militância sindical de base desempenharam um papel fundamental entre o núcleo originário dos movimentos. Alguns inclusive argumentam que os desempregados que organizaram os primeiros *cortes de ruta* eram trabalhadores ocupados que transferiram seus conhecimentos e consciência de organização para suas novas formas e instrumentos de luta. Estes argumentos já seriam suficientes para concluir que a ausência de participação dos sindicatos na constituição de ditas organizações não significa a ausência de toda participação sindical, se consideramos o sindicalismo em seu conjunto (as diferentes correntes, as comissões internas, os corpos de delegados e a participação dos trabalhadores na vida sindical).

Para desenvolver a hipótese levantada ao longo do texto, ressaltamos o aspecto mais citado pelos entrevistados, que consideramos central para nossa análise: os vínculos entre a emergência dos protestos de desempregados e a tradição do movimento operário e sindical argentino. Para a maioria dos informantes a relação entre ambos não se expressa apenas na utilização de muitos de seus instrumentos de luta e de sua estrutura organizativa. Destacamos algumas citações mais significativas advindas dos próprios líderes que apontam a essa direção.

Para um entrevistado, os desempregados “retomaram a longa tradição operária e a influência socialista, comunista e anarquista do início do século [XX] e o transferiram para os movimentos” (E3). Em outras palavras, outro militante explicita que os desempregados “empregaram sua tradição de organização operária” e “transferiram essa experiência coletiva de trabalhador organizado a sua nova situação de desempregados” (E4). Por sua vez, um informante ressalta a “herança dos companheiros que escaparam da Europa” e faz referência aos grandes marcos do movimento operário argentinos para concluir que “isso está fortemente gravado na memória do nosso povo” (E5). Nessa mesma linha, outro militante afirma que a tradição de organização sindical do país “deixou na cabeça dos que depois ficaram desempregados que para conseguir o que necessitavam era necessário associar-se com seus semelhantes”, conformando-se como um “registro na memória histórica” dos trabalhadores (E6). Um outro informante acrescenta que “a metodologia do piquete foi trazida pela rica história (...) do movimento operário na Argentina” que, segundo o mesmo, vem dos anarquistas. Acrescenta ainda que sua organização se considera “parte do movimento operário”, da qual “aprenderam” (...) inclusive como negociar” (E7). Por último destacamos outro relato que vai nessa mesma direção: “Houve um deslocamento organizacional da classe operária, que antes se organizava nas fábricas. Agora não há mais fábricas, então começamos a encontrar no território

o lugar da organização social... com um tipo de organização similar ao do sindicato: uma organização por bairro, com delegados, por quarteirão, e subdelegados com comissões específicas de trabalho” (E8).

As questões aqui expostas exigem uma reflexão sobre como as tradições de luta exercem influência sobre as experiências de mobilização. Buscamos respaldo teórico na interpretação de George Rudé (1982) sobre a formação da *ideologia popular*. Tomando como ponto de partida o pensamento de Gramsci, este autor destaca a insistência do pensador italiano em diversos textos presentes nos *Cadernos do Cárcere* sobre a necessidade de chamar a atenção para as ideologias das classes “tradicionalistas” – os camponeses e artesãos, assim como “as idéias mais simples e menos estruturadas das pessoas comuns, composta por uma mistura de folclore, mito e experiência popular cotidiana” (p. 9). Sustenta ainda que Gramsci destacava a importância de se “analisar ‘historicamente’ a ideologia”, que a dividia em “ideologia orgânica”, expressão direta dos interesses dos grupos sociais fundamentais, e “ideologia não-orgânica”, as atitudes e representações feitas pelo povo comum ou pelas classes tradicionais.

A fim de estudar esses elementos o autor desenvolve os conceitos de *ideologias inerentes e derivadas*. Para Rudé, o fator “inerente” ou tradicional se baseia na “experiência direta, na tradição oral, na memória folclórica, e não aprendido escutando um sermão, discursos ou lendo livros”. O elemento “derivado”, por sua vez, é formado por idéias “tomadas de empréstimo de outro que, com frequência, adquirem a forma de um sistema mais estruturado” (p. 25). Vale a pena aclarar ainda que o autor não explica a formação da ideologia popular como o resultado simples de uma somatória de fatores internos e externos em uma equação do tipo “A + B”. Afirma a respeito desse tema que é importante considerar um terceiro elemento, “as circunstâncias e a experiência”, que para o autor é o que determina “a natureza da combinação final” (p. 33).

A partir dessa leitura, e com base na pesquisa de campo realizada, podemos apresentar a hipótese segundo a qual a tradição de luta e organização do movimento operário argentino desenvolveu uma idéia “inerente” de espírito e sentimento reivindicativo no país, no sentido de que este se reproduz historicamente por meio da “experiência direta”, da “tradição oral” ou mesmo da “memória folclórica” da classe trabalhadora deste país. A expressão sindical desse elemento é a recorrência de greves gerais como instrumento de luta, mas se manifesta também em muitos outros marcos das lutas sociais desde o começo do século XX. Nesse sentido, o sindicalismo argentino desempenha um papel fundamental no processo de transmissão dessa tradição de luta. No entanto, cabe questionar: que elementos garantem a reprodução desse fator “inerente”?

Como foi mencionado pelos entrevistados, a continuidade dessa característica se dá pelas próprias experiências de luta dos trabalhadores. No entanto, cumpre destacar ainda o papel desempenhado por outros dois fatores. Primeiramente o peronismo, visto pelo quadro teórico pensado para este trabalho como a “ideologia

derivada” hegemônica no terreno sindical na Argentina. Muitos estudos apontam o sindicalismo como elemento constitutivo das “origens do peronismo”, assim como o “vínculo perdurável” da relação entre ambos (Doyon, 2006; Murmis y Portantiero, 2004, Del Campo, 2005). A questão que nos parece fundamental para a análise é de que existe no país um “sentimento” peronista de que os sindicatos são legítimos interlocutores no processo de construção de um “pacto social”, ou seja, na aliança entre os trabalhadores e os capitalistas, com a intermediação do Estado.

Em segundo lugar, cumpre um papel fundamental o modelo de sindicalismo adotado no país, o qual se mantém praticamente intacto em seus elementos essenciais desde que foi criado em 1945. Não desenvolveremos a análise da estrutura sindical e seus efeitos sobre a organização dos trabalhadores na Argentina. Vale ressaltar apenas duas de suas particularidades, que ficam evidentes especialmente quando a comparamos com outros países da América Latina, como o Brasil. O sindicalismo argentino possui mecanismos de representação no local de trabalho, por meio de comissões internas e corpo de delegados com estabilidade de seus membros garantida por lei. Também estão presentes no país experiências de luta mais unificadas, o que é garantido pela existência de sindicatos centralizados nacionalmente e com poder de negociação coletiva, e capacidade de mobilização e convocatória de greves com alto nível de adesão e repercussão política.

Considerações finais

A partir das análises desenvolvidas neste trabalho, podemos extrair algumas conclusões, ainda que preliminares, sobre as relações entre o sindicalismo e a eclosão das organizações de desempregados na Argentina. Verificamos, primeiramente, que não se pode resumir essa questão à simples constatação da “ausência dos sindicatos” ou a predominância numérica de “novos contingentes” na base de ditos movimentos. Com base nas entrevistas com alguns de seus principais líderes, constatamos que um dos elementos fundamentais para a emergência dos protestos de desempregados foi a presença de trabalhadores despedidos, entre os quais muitos ex militantes sindicais, no núcleo originário, que transferiram suas experiências de luta e organização para esses movimentos. Ademais, o papel desenvolvido por determinadas correntes sindicais para a expansão e nacionalização de algumas organizações também distancia a hipótese de construção totalmente “por fora do sindicalismo”. No entanto, o dado que mais nos chamou a atenção foi que a tradição de luta da classe trabalhadora argentina tenha sido citada como o principal fator de mobilização dos desempregados. Isso revela o alto grau de influência do movimento sindical no surgimento dessas organizações, ao contrário do que muitos analistas apontam.

Este trabalho se contrapõe teoricamente às principais tendências interpretativas desenvolvidas a partir das teses do “fim do proletariado”, “desaparecimento da classe trabalhadora” e protagonismo dos “novos movimentos sociais”. Observamos que a

relação entre o sindicalismo e os protestos de desempregados se desenvolveu para além da existência de alianças entre suas organizações. O esforço de síntese aqui empreendido teve como objetivo mostrar, por um lado, os traços de continuidade entre os protestos de empregados e desempregados e, por outro, a persistência do sindicalismo como principal sujeito da rebelião em parte por conta da reprodução das ideologias “inerentes” e da tradição de luta da classe operária argentina. Como parte do movimento operário, a mobilização dos desempregados, a parte mais visível da “reserva”, está sujeita às múltiplas determinações que compõem a ideologia popular, entre as quais o diálogo histórico com as experiências concretas do exército de operários ativo joga um papel fundamental. No caso argentino, verificamos que a emergência de tais movimentos é devedora da organização sindical nesse país.

Bibliografia

- BOSOER, F.; GONZALEZ, S. S. (1999). *El sindicalismo en tiempos de Menem*. Buenos Aires: Corregidor.
- CARRERA, N. I. (2007). La lucha de los obreros y de los pobres en la Argentina del capital financiero. In: VILLANUEVA, E.; MASSETTI, A. *Movimientos sociales y acción colectiva en la Argentina de hoy*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- _____. (2006). El desarrollo del capitalismo argentino y la clase obrera: 1975-2005. *Cuadernos de cultura*, Buenos Aires, n. 2.
- _____. (2001). Las huelgas generales, Argentina 1983-2001: un ejercicio de periodización. *Pimsa*, Documento de Trabajo, Buenos Aires, n. 33.
- CARRERA, N. I.; COTARELO, M. C. (2004). Algunos rasgos de la rebelión en Argentina: 1993-2001. *Pimsa*, Documento de Trabajo, Buenos Aires, n. 49.
- CARRERA, N. I.; FERNÁNDEZ, F. (2007). *El movimiento obrero ante la organización y formas de rebelión de los desocupados: 1930-1935*. Buenos Aires, mimeo.
- CARRERA, N. I.; PODESTÁ, J. (1989). Análisis de una relación de fuerzas sociales objetiva: caracterización de los grupos sociales fundamentales en la Argentina actual. *Cuadernos de Cicso*, Serie Estudios, Buenos Aires, n. 46.
- CROSS, C.; LENGUITA, P.; WILKIS, A. (2002). Sindicalismo y piqueteros: ¿dos formas políticas del trabajo?”. In: FERNÁNDEZ, A. *Sindicatos, crisis y después*. Buenos Aires: Ediciones Biebel.
- DEL CAMPO, H. (2005). *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Buenos Aires: Siglo veintiuno Editores Argentina.
- DEMAZIÈRE, D.; PIGNONI, M.-T. (2003). *Chômeurs: du silence a la révolte*. Paris: Hachette Littératures.

- DOYON, L. M. (2006). *Perón y los trabajadores: los orígenes del sindicalismo peronista, 1943-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana.
- ENGELS, F. (1974). *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Buenos Aires: Ediciones Diáspora.
- FERNÁNDEZ, A. (2002). Modificaciones de la naturaleza sociopolítica de los actores sindicales: hallazgos y conjeturas. In: FERNÁNDEZ, A. (comp.). *Sindicatos, crisis y después*. Buenos Aires: Ediciones Biebel.
- _____. (1997). *Flexibilización laboral y crisis del sindicalismo*. Buenos Aires: Espacio Editorial.
- KLACHKO, P. (2007). *La forma de organización emergente del ciclo de la rebelión popular de los '90 en la Argentina*. Tese de doutoramento. La Plata, Argentina: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata.
- MARX, K. (1982). *O capital*. São Paulo: Abril Cultural.
- MURILLO, M. V. (1997). La adaptación del sindicalismo argentino a las reformas de mercado en la primera presidencia de Menem. *Desarrollo económico*, Buenos Aires, n. 147, vol. 37, out-dez.
- MURMIS, M.; PORTANTIERO, J. C. (2004). *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.
- PEREYRA, S., SVAMPA, M. (2003). *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- RUDÉ, G. (1982). *Ideología e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SVAMPA, M. (2006). La Argentina: movimientos sociales e izquierdas. *Entre Voces*, Quito, n. 5, enero.